

## Quando o “bichinho militante” toca: ativismos trans em Manaus/AM (1992-2019)\*

MICHELE PIRES LIMA\*\*

### Resumo

Este artigo se propõe a compreender o surgimento do movimento LGBT no Amazonas e a criação da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas (ASSOTRAM), por meio das memórias nos jornais e das transativistas Flor de Lis, Nichole Oliveira, Camila Dantas e Rebeca Carvalho. Para isso, utilizamos a História Oral como metodologia que viabiliza o registro das memórias individuais e coletivas, os significados do gênero, da importância do ativismo político e do impacto desses elementos nas experiências. Esta pesquisa, portanto, busca abrir um caminho para que outras pessoas trans sejam escutadas, interpelando atual historiografia, a saber: “o que diz respeito à História e o que não diz?”.

**Palavras-chave:** Manaus/AM; Movimentos sociais; LGBT; Ativismos; Travestis e Transexuais.

### When the "militancy bug" touches: trans activism in Manaus/AM (1992-2019)

### Abstract

This article aims to understand the emergence of the LGBT movement in Amazonas and the creation of the Association of Transvestites, Transsexuals and Transgenders of Amazonas (ASSOTRAM) through the memories in the newspapers and the trans activists Flor de Lis, Nichole Oliveira, Camila Dantas and Rebeca Carvalho. For this, we use Oral History as a methodology that makes it possible to record individual and collective memories, the meanings of gender, the importance of political activism and the impact of these elements on experiences. This research, therefore, seeks to open a way for other trans people to be heard, questioning current historiography, namely: "what concerns history and what does not say?".

**Key words:** Manaus/AM; Social movements; LGBT; Activisms; Transvestites and Transsexuals.

---

\* Este artigo é uma extensão da minha dissertação de mestrado intitulada *Senhoras do Tempo: cotidiano, trabalho e ativismos de travestis e transexuais em Manaus (1992-2019)*, defendida em 2021 sob orientação do Dr. Júlio Cláudio da Silva e financiada pela CAPES.



\*\* MICHELE PIRES LIMA é doutoranda em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Presidenta interina da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas (ASSOTRAM).

Em janeiro de 2020, a Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas (ASSOTRAM) promoveu um mutirão para retificação de prenome e gênero nos registros civis de pessoas trans em Manaus/AM.<sup>1</sup> As etapas dessa atividade foram a emissão de certidões negativas dos/das interessados/as e, em seguida, o acompanhamento nos cartórios de registro e o custeamento de alguns processos de retificação. Foram atendidas quarenta pessoas trans, segundo o jornal *A Crítica*.<sup>2</sup> Em entrevista ao *A Crítica*, o nutricionista Thiago Costa, ativista do coletivo O Gênero, argumentou:

O nome, quando alterado juridicamente, nos auxilia primeiramente a existir em sociedade e não apenas à margem dela, nos possibilitando ter acesso a serviço de saúde, trabalho digno, cultura e possibilidade de transitar sem ter medo de ser violentado à luz do dia. Só vemos a grandeza dos nossos direitos conquistados quando já não temos acesso a eles (...)<sup>3</sup>

Diante da ascensão do *bolsonarismo* à Presidência do Brasil em 2018, os poucos direitos para a cidadanização LGBT nunca estiveram tão comprometidos, sendo o Poder Judiciário um mecanismo importante de “atuação constramajoritária na proteção dos direitos fundamentais e das liberdades públicas”, incumbido,

<sup>1</sup> Este projeto recebeu recurso do Fundo Social Elas por meio do edital “Mulheres em Movimento-2019”.

<sup>2</sup> Mutirão retifica nomes e assegura identidade de travestis e transexuais. *A Crítica*, 20/01/2020 (tiragem online). Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/manaus/new/s/mutirao-retifica-nomes-e-assegura-identidade-de-travestis-e-transsexuais>. Acessado em: 26 abr. 2021.

<sup>3</sup> *Idem*.

progressivamente, da “(...) tarefa de fazer avançar os direitos LGBT”.<sup>4</sup>

Alguns desses avanços por parte do processo de judicialização das demandas da população LGBT foram: a Resolução nº 175/2013, que garante o casamento civil homoafetivo, o Provimento nº 79/2018, que autoriza a retificação de prenome e gênero nos registros civis de pessoas trans sem a necessidade de cirurgia de redesignação sexual e/ou por meio de processo judicial e, a criminalização da homotransfobia, equiparada ao crime de racismo, julgada e aprovada em 2019.

Segundo Renan Quinalha, os poucos e significativos direitos LGBT conquistados estiveram no radar de suspensão desejado pelo conservadorismo. Os embates contra a violência e a discriminação fazem parte do cotidiano de grupos em situação de minoria, como a comunidade LGBT, cujos direitos conquistados são resultados das “(...) reivindicações que constituíram as principais bandeiras desse movimento social nas últimas décadas”, em que a Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas (ASSOTRAM), se agarrou para garantir, em 2020, que diversas pessoas trans tivessem o direito ao nome e ao gênero em seus registros civis.<sup>5</sup>

Assim, buscaremos neste artigo compreender o surgimento do movimento LGBT em Manaus e, em seguida, a criação da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas (ASSOTRAM),

<sup>4</sup> QUINALHA, Renan. Os direitos LGBT sob o governo Bolsonaro. *Le Monde Diplomatique – Brasil*, nº 143, 31/05/2019 (tiragem online). Disponível em: <https://diplomatique.org.br/os-direitos-lgbt-sob-o-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

<sup>5</sup> *Idem*.

considerando esta instituição de/para pessoas trans como fruto do processo histórico de resistência de pessoas e organizações sociais LGBT em décadas anteriores, de modo local e nacionalmente.

Para tanto, lançamos mão da história oral como metodologia, que pode contribuir, de modo considerável, nas análises das memórias de transativistas manauenses, que “privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas (...) como forma de se aproximar do objeto de estudo”, visibilizando campos de ação que não estão presentes em outras tipologias documentais: “(...) acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares, etc.” (ALBERTI, 2013, p. 24 e 30).

Para o sociólogo Michael Pollak, memória, além de ser um “fenômeno construído”, é também um importante componente que molda o “sentimento de identidade, tanto individual como coletiva”, fundamentando a “coerência (...) de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 204).

Assim, utilizamos igualmente fontes orais, escritas para compreender determinados tempos e espaços, implicando numa “(...) pluralidade de sentidos [...que] se manifeste na construção do conhecimento histórico (...)” (COSTA, 2014, p. 51). Por isso objetivamos ampliar nosso campo de interpretação, mapeando as memórias públicas sobre as organizações sociais LGBT e o protagonismo de transativistas na formação de

organização social transgênero em Manaus/AM.<sup>6</sup>

### Um breve histórico do movimento LGBT amazonense

Entre lutas e retrocessos que atualmente o movimento social LGBT brasileiro vem protagonizando, em vista da violação dos direitos humanos, nos chama atenção para o processo histórico de formação desses movimentos sociais que contribuíram significativamente para o avanço positivo de pautas que lhes eram/são caras. Diante disso, nos indagamos: quais os objetivos e necessidades pensadas para construção de um movimento guei<sup>7</sup> em Manaus nos anos 1990? Quais as contribuições desse primeiro movimento social institucionalizado para a criação de outras organizações sociais, como a de travestis e transexuais nos anos posteriores?

Ao refletir sobre processos de construção dos movimentos sociais, Axel Honnet assevera que experiências pessoais de desrespeito, humilhação e segregação provocam frustrações capazes de atingir outros sujeitos que vivenciam experiências comuns, implicando mobilizações e “relações ampliadas por reconhecimento” (HONNETH, 2009, p. 256). O efeito do engajamento individual consiste no:

<sup>6</sup> Aproveitamos a oportunidade para esclarecer que as narrativas orais, fontes utilizadas neste artigo, têm aprovação das colaboradoras, por escrito e oralmente. Além disso, das quatro colaboradoras, apenas uma pediu sigilo da identidade, sugerindo o nome Flor de Lis na identificação ao longo da narrativa e transcrição.

<sup>7</sup> Utilizamos o termo “guei”, e não gay, com o intuito de desvencilhar de conceitos tipicamente norte-americanos, percebendo a importância da valorização das identidades e dialetos latino-americanos. Para isso, cito o canônico trabalho de TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

(...) surgimento de movimentos sociais [...] depende da existência de uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual, mas também um círculo de muitos outros sujeitos (HONNETH, 2009, p. 258).

Ao tomar a experiência como essência desse debate, a historiadora Joan Scott reflete sobre as possíveis problemáticas ao tornar visíveis experiências sem haver um potencial analítico sobre “o sistema e a historicidade”, cuja ideia de que, mesmo sabendo que existem diferenças entre indivíduos, coletividades políticas, etc., devemos entender as funcionalidades, esmiuçando os componentes subjetivos e objetivos acerca dos sistemas de experiências (SCOTT, 1998, p. 304).

Por esse caminho, entende-se a historicidade do movimento homossexual brasileiro a partir de três ondas: a primeira corresponde ao final da Ditadura Civil-militar e o processo de “abertura política”, por volta de 1978, com a criação do jornal *Lampião da Esquina* e do Grupo SOMOS-SP, que lutaram pelo antiautoritarismo, comunitarismo e liberdade sexual. A “segunda onda” se assenta no contexto de redemocratização do país nos anos 1980, por meio da atuação do movimento homossexual em torno da Constituinte de 1988 e também nas primeiras articulações em relação à eclosão da epidemia do HIV-Aids, que incentivou a institucionalização do movimento social homossexual. Por fim, na “terceira onda”, que se inicia nos anos 1990 e se estende até o tempo presente, ocorreu a consolidação da parceria com o Estado e agências privadas para diminuição dos casos de HIV, por meio do financiamento de projetos de princípio de educação de

pares. Também a multiplicação de grupos ativistas que passaram a formar grandes redes organizacionais, regionais e nacionais e, como consequência, a promoção das Paradas do Orgulho LGBT (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 14).<sup>8</sup>

Ampliando este raciocínio de crescimento das demandas e das lutas e experiências dos sujeitos homossexuais, que no Amazonas, em 1992, foi fundado o movimento homossexual amazonense, com a nomenclatura Grupo Gay do Amazonas - GGA. Formado e presidido por Adamor Guedes, um sujeito que teve “sua formação intelectual e política influenciada pelo professor, pesquisador e ativista Luiz Mott” (PEREIRA, 2016, p. 189). O GGA localizava-se na sede do Partido dos Trabalhadores (PT), na Rua Lima Bacuri, Centro de Manaus.

Percebemos ser histórica a relação dos movimentos sociais identitários com os partidos políticos, sobretudo com o Partido dos Trabalhadores. O sociólogo Rodrigo Cruz chama a atenção para a fundamental participação de lésbicas, gueis e travestis na fundação do PT na década de 1980:

Os movimentos de perfil identitário, impulsionados por setores médios da sociedade, se dirigiram ao PT porque viram nele a proposta de uma política alternativa, que promovia a

<sup>8</sup> Regina Facchini em outro momento aponta que, com o advento da epidemia HIV/Aids, houve um exponencial crescimento de movimentos LGBT, dando resposta à propagação do estigma pelas políticas do Estado para prevenção e à diminuição da vulnerabilidade dos sujeitos marginalizados. Ver: FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para “arena” do movimento LGBT brasileiro. *Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 3, n. 4, p. 138-139, 2009.

participação democrática, ao mesmo tempo em que consideravam engajamento partidário uma oportunidade de ampliar o alcance de suas causas.<sup>9</sup>

Por estar vinculado e usufruindo dos benefícios que os partidos políticos proporcionaram, o Grupo Gay do Amazonas teve fundamental atuação política concernente aos direitos humanos da comunidade de gueis, lésbicas e travestis. Isso se revela na notícia “Grupo Gay do Amazonas luta por seus direitos”. De acordo com o jornal do Comércio, o VIII Encontro Nacional GLT, ocorrido em Curitiba, entre os dias 28 e 31 de janeiro de 1995, contou com a participação do Grupo Gay do Amazonas, que votou para “eleger o secretário-geral a nível nacional da Associação que congrega os homossexuais”. Dentro desses quatro dias de intenso diálogo, tornou-se pauta de luta e reivindicação junto ao governo brasileiro a “legalização da união entre as pessoas do mesmo sexo”.<sup>10</sup>

<sup>9</sup> Não somente o Partido dos Trabalhadores (PT) buscava fazer alianças com os “novos movimentos sociais”, como eram compreendidos, mas outros partidos políticos, justamente pelo engessamento das regras de registro eleitoral, segundo a qual tinham que ter significativo número de filiados. Por isso, alguns partidos de centro e de direita se interessaram em dialogar com ativistas, à época, de forma claramente oportunista. CRUZ, Rodrigo. Do protesto de rua à política institucional: a causa homossexual nas eleições de 1982. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

<sup>10</sup> “Grupo Gay do Amazonas luta por seus direitos”. *Jornal do Comércio*, nº 36.567, 5/02/1995, p. 8. O Encontro Nacional de 1995 constituiu um marco histórico para comunidade, pois foi na ocasião que se fundou a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Intersexos – ABGLT, havendo participação do Grupo Gay do Amazonas na formação. BRASIL, Associação Brasileira de

As exigências debatidas e postas no papel pelas trinta e uma organizações de diversos lugares do Brasil tinham um destinatário: o Congresso Nacional. Dando ênfase ao “casamento entre gays”, o periódico apontou que a proponente do projeto no ambiente legislativo e “madrinha” fora a deputada Marta Suplicy. Neste sentido, o jornal do Comércio procurou saber a perspectiva do presidente do GGA, Adamor Guedes, sobre o cenário e as possibilidades de mudanças com o evento e formação de uma rede nacional que coadunava multifacetadas entidades do movimento social, que frisou:

Esta foi mais uma vitória dos gays de todo o Brasil, quer dizer, mesmo que não consigamos aprovar esse projeto, já é meio caminho andado, pois nós conseguimos fazer chegar uma proposta nossa até o Congresso Nacional. Aqui em Manaus, nós estaremos realizando várias passeatas pelas ruas da cidade para lutarmos por nossos direitos.<sup>11</sup>

Por fim, no dia anterior a publicação da notícia, 04 de fevereiro de 1995, o Grupo Gay do Amazonas mobilizou uma passeata entre as Avenidas Djalma Batista e Constantino Nery, próximas ao Amazonas Shopping, Zona Centro-Sul. Na oportunidade, diversas ativistas “apresentaram-se vestidas de noivas e outras roupas do vestuário feminino” como forma de protesto diante da negligência e morosidade do Estado brasileiro acerca dos direitos de gueis, lésbicas e travestis.

Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Intersexos. *História de Luta*. Disponível em: <https://www.abglt.org/copia-quem-somos>. Acessado em: 09 nov. 2020.

<sup>11</sup> “Grupo Gay do Amazonas luta por seus direitos”. *Jornal do Comércio*, nº 36.567, 5/02/1995, p. 8.

As lutas dos movimentos sociais identitários dos anos 90 transpassaram as fronteiras brasileira, ecoando em instituições europeias sobre o descaso dos governos federais e estaduais que não buscavam diálogo com os coletivos e grupos organizados para minimizar as violências. Neste sentido que a atuação histórica do movimento social organizado ganhou relevo nas páginas do *Jornal do Comércio*, em 1998, quando a representante da Anistia Internacional, Júlia Rochester<sup>12</sup>, se reuniu com o ativista, Adamor Guedes, que na ocasião estava representando a ABGLT<sup>13</sup>, e com o senhor Afrânio Nogueira, membro do Conselho Homossexual do Amazonas.<sup>14</sup>

Segundo o editorial, durante a conversa com Julia, ambos os ativistas sinalizaram e enumeram as problemáticas que a comunidade vinha sofrendo diante da marginalização ocasionada pela falta de políticas públicas para proteger, garantir o respeito e a cidadania: “Reclamaram da discriminação, da violência policial e da impunidade que beneficia quem mata ou violenta os homossexuais. Responsabilizaram os agentes de governo pela situação (...)”.<sup>15</sup> Dessa maneira, levaram ao conhecimento internacional as problemáticas de desumanização que a comunidade homossexual à época vivia, e ambos os representantes da categoria social se dispuseram a produzir relatórios

<sup>12</sup> “Julia Rochester trabalhou para o serviço ‘Português para a África’, da rádio BBC, e como Pesquisadora da Amnistia Internacional no Brasil. Atualmente mora em Londres com o marido e a filha”. Disponível em: <https://granta.com/contributor/julia-rochester/>.

Acesso em: 10 nov. 2020.

<sup>13</sup> Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, descrição da época.

<sup>14</sup> “A Anistia e os gays”. *Jornal do Comércio*, nº 37.504, 03/04/1998, p. 2.

<sup>15</sup> *Idem*.

referentes aos “últimos casos de violação dos direitos homossexuais”, haja vista suas críticas ao descaso da justiça amazonense no que tange essa temática.<sup>16</sup>

A socióloga Maria da Glória Gohn assevera que os movimentos sociais contemporâneos objetivaram a organização e a conscientização social para a “construção de uma sociedade democrática”, em que o desenvolvimento socioeconômico e os embates pelo reconhecimento das diferenças culturais e sua inclusão nas discussões públicas resultaram da ressignificação dos sentidos de igualdade, fraternidade e liberdade. Ou seja, para Gohn, a guinada de concepção sobre esses aspectos da existência humana provocada pelos grupos e coletivos organizados ascenderam novos sentidos aos clássicos franceses, isto é, explicitaram os sentimentos por justiça social, por solidariedade e pela autonomia coletiva e a inserção social de sujeitos/as subalternizados/as (GOHN, 2013, p. 16).

O desejo por justiça social para a comunidade que Adamor defendia a partir da fundação do Grupo Gay do Amazonas, em 1992, e posteriormente modificada para Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis (AAGLT), ronda as memórias de ativistas LGBT no Amazonas. Entretanto, diante da notoriedade política e social que Adamor Guedes possuía, nos questionamos sobre a invisibilidade de outros sujeitos que compunham a “sopa de letrinhas”, ou seja, embora a construção do movimento social tivesse nos seus “processos fundacionais a proeminência de gays e travestis”, outras personagens eram negligenciadas, sobretudo nos

<sup>16</sup> *Idem*.

encontros nacionais, como lembrou o antropólogo e filósofo Denis Pereira:

(...) somente em 2005 o Amazonas passou a contar com a participação em âmbito nacional de representantes lésbicas como parte de delegações. Entre 1998 e 2004 o movimento de lésbicas [... amazonense] era representado nacionalmente por mulheres heterossexuais/Cis. (...) Neste contexto evidenciou-se que a Associação do Amazonas tinha caráter de exclusão de lésbicas (...) foi em decorrência dessa realidade que se fundou o primeiro grupo organizacional composto somente por mulheres lésbicas no Estado (PEREIRA, 2016, p. 190).

Esse fragmento responde parte das nossas inquietações motivadas pela negligência da imprensa em não abrir para o diálogo com lésbicas e travestis que compunham o círculo de luta social. Ressalvamos que nossas críticas não objetivam reduzir qualitativamente as ações coletivas e individuais da “primeira onda” do movimento social LGBT amazonense. Muito pelo contrário, o exercício reflexivo ancorado nos aportes teóricos e nas fontes históricas aguçou nossos olhares e ouvidos para as existências de grupos subrepresentados, e, por isso, levantamos problemáticas: quais foram as condições históricas para criação da ASSOTRAM? Em quais frentes de luta essa organização social atuou e atua?

### **Protagonismos de uma Associação para/por Transgêneros na urbe**

O sociólogo Eder Sader em seu livro “Quando novos personagens entram em cena”, ao discutir a importância da linguagem na articulação política dos trabalhadores, explicita que “se tomarmos um grupo de trabalhadores residentes numa determinada vila da periferia, poderemos identificar suas

carências, tanto de bens materiais necessários a sua reprodução quanto de ações e símbolos através dos quais eles reconhecem naquilo que, em cada caso, é considerado sua dignidade” (SADER, 1987, p, 58-59). Transpondo para o interesse em construir um movimento trans no Amazonas, era imprescindível a identificação dos obstáculos e “carências” inerentes às vivências das travestis e transexuais no acesso aos direitos básicos (educação, saúde, justiça, etc.), causados pela manutenção da cis-heterossexualidade compulsória radicada na sociedade.<sup>17</sup>

Desse modo, a percepção de Rebeca Carvalho, uma travesti branca, loira e periférica, sobre o lugar de travestis e transexuais: “(...) nessa guerra, nessa trincheira, nós somos que *tamos* na linha de frente. Nós somos os primeiros que são discriminados, isso aquilo e outro”; explicitando os disparos de transfobia lançados contra pessoas trans no Brasil e, em especial no contexto manauense, mas também para o poder de justiça do que ela chamou de “bichinho militante”, ou seja, quando as pessoas são tocadas e levadas a buscar mudanças sociais por meio da luta coletiva, tendo em vista o interesse de que: “eu posso fazer alguma coisa, que se eu tiver lá no meio e dê minha opinião, eu vou me tocar”. Esta narrativa de Carvalho compõe as suas memórias sobre Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros

<sup>17</sup> Para a filósofa norte-americana Judith Butler, a heterossexualidade compulsória produz e reproduz regimes de poder/discurso como unívoco e hegemônico, regulando e governando práticas de gênero sobre os corpos de pessoas que rompem com as categorias de sexo, gênero e sexualidade estabelecidos como “normais”, escancarando sua fragilidade, neste estudo, pelas categorias travesti e transexual. BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 11 e 43.

do Estado do Amazonas (ASSOTRAM), onde ocupava o cargo de vice-presidente, em 2018 (REBECA. 2018. Informação verbal).

Fundada em 16 de agosto de 2017, a Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas (ASSOTRAM) é a primeira associação com a finalidade de abarcar as múltiplas identidades de gênero para não comprometer o diálogo político em torno de pautas que contemplam as categorias.

As transativistas Flor de Lis<sup>18</sup> e Camila Dantas<sup>19</sup> narram esse feito como resultado de ausências de organizações sociais de/para pessoas trans no Amazonas. Flor de Lis ao retornar da Itália, onde morou por mais de 20 anos, diz que:

(...) voltei a fixar... rever isso em Manaus mesmo, que eu vi que a gente não tinha... que a gente não tinha nenhuma associação que lutasse pela gente aqui. Foi quando no encontro que a gente teve, né, que a Bruna chamou a gente, pra gente participar, que a gente resolveu se reunir. Eu, a Joyce, a Rebeca e a Camila, a gente se reuniu... que a gente necessitava ter uma associação que lutasse por direitos pelas travestis e transexuais aqui em Manaus, foi quando a gente criou a ASSOTRAM, apesar de muitas quedas... E a gente

<sup>18</sup> Flor de Lis é uma mulher trans negra, nascida em Manaus em 1961. Morou por mais de 20 anos na Itália, retornando para Manaus/AM na primeira metade do século XXI. Ela foi atendente de enfermagem e trabalhadora do sexo. Atualmente ocupa a função de vice-presidente da ASSOTRAM.

<sup>19</sup> Camila Dantas é uma travesti negra, nascida em Manaus, em 1974. Como Flor de Lis, Camila também morou em alguns países da Europa, entre Itália e Alemanha, exercendo o trabalho sexual. Na ASSOTRAM atua como conselheira fiscal.

conseguiu botar a ASSOTRAM aí como é hoje, e é isso (FLOR DE LIS. 2020. Informação verbal).

Camila Dantas, por sua vez, nos informa que:

Eu já conhecia a Mirna, já conhecia a Rebeca, mas não conhecia a Joyce. Numa acho que... não sei se foi num... acho que foi num evento que a gente se conheceu e aí a gente se *ajuntemo* nós quatro, e... tivemos... elaboramos essa ideia porque a gente achava que também a gente achava que não existia é... só existia a sigla... Só tinha LGBT, tinha LGBT, mas era muito voltado só os meninos... os gay[s]. Não tinha pras manas trans, né? (...). Então foi quando a gente resolveu se juntar as quatro e fundar a associação mesmo e cada uma conversamos e *falemo* “olha, isso daqui é uma coisa que vai tomar nosso tempo, a gente tem que tá preparada... isso daí... (...)”. Então naquela hora ali todas as quatro concordaram dizendo que cada uma tinha tempo, né? (CAMILA DANTAS. 2020. Informação verbal).

Historicamente, a idealização e a formação de um movimento trans organizado ocorreu no final dos anos 1970, mas que só teve reconhecimento jurídico em 1992, no Rio de Janeiro. A Associação de Travestis e Liberados – ASTRAL, como se chama, nasceu de dois fatores: do cansaço e do descaso da polícia que vinha há décadas discriminando e violentando a população travesti carioca, e o *boom* do HIV/Aids e a culpabilização dos corpos trans e homossexuais pela epidemia, recrudescendo o ódio da sociedade e das forças da ordem.

A transativista negra Jovanna Cardoso (Jovanna Baby) relembra que: “com tudo que vinha ocorrendo contra as travestis (...) decidimos que tínhamos

que nos organizar socialmente (...)” e tiveram, então, apoio da Associação das Prostitutas da Vila Mimosa e do presidente do Instituto de Estudos da Religião (ISER), Rubens Martins, e assim conseguiram produzir as documentações necessárias – Estatuto, Ata de Assembleia Geral, eleição da diretoria – para darem entrada na oficialização.<sup>20</sup>

Similarmente aos anseios, aos medos e a importância da resiliência que tomaram conta das primeiras fundadoras do movimento social trans brasileiro e dos fundadores do Grupo Gay do Amazonas, a Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas (ASSOTRAM) foi idealizada e construída com base nas faltas e na invisibilidade das existências trans em discussões promovidas pelo movimento IGbt, quanto nas políticas públicas estaduais e municipais, como salientaram as colaboradoras. Alguns argumentos estratégicos apontados por Rebeca Carvalho, Flor de Lis e Camila Dantas concentram ideais comuns que formalizaram a ASSOTRAM, como lutar pelas nossas e por nós mesmos; a necessidade de ter uma associação que lutasse pelos direitos de travestis e transexuais; a percepção das quatro fundadoras de que, mesmo havendo um movimento LGBT, as demandas e atitudes ainda eram direcionadas somente pelos/para homossexuais e que não havia visibilidade das “manas trans”.

<sup>20</sup> CARDOSO, Jovanna. *Histórico do Nascimento do Movimento Político Social da População T no Brasil*. FONATRANS – Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros, Piauí, sem data. Disponível em: <http://www.fonatrans.com/p/historico-do-movimento-de-travestis-no.html>. Acesso em: 25 dez. 2020.

Nichole Oliveira<sup>21</sup> relembra que essa instituição se constituiu como uma organização participativa e produtora de atividades e intervenções para comunidade LGBT, e mais nitidamente à população trans, levando em consideração as parcerias como ajuda mútua. Seguindo as outras colaboradoras, Oliveira narrou que a associação trans foi criada para preencher lacunas e necessidades do público T que não estava sendo representado, construindo:

(...) várias parcerias com várias instituições, mas a gente vê que o grupo, essa entidade LGBT Amazonas (...) quando essa associação pede ajuda da ASSOTRAM, a ASSOTRAM participa, mas quando a ASSOTRAM pede ajuda dessa associação, a gente não tem retorno (NICHOLE OLIVEIRA. 2019. Informação verbal).<sup>22</sup>

“As meninas da ASSOTRAM”, como Nichole referenciou ao apontar a imagem positiva dessa organização nas instituições governamentais, disseram que a atuação necessária da ASSOTRAM garantiu o sucesso de alguns projetos sobre saúde direcionados à população LGBT e às trabalhadoras do sexo, como o do governo federal: PreP (Profilaxia Pré-Exposição). Segundo a colaboradora, antes da participação da ASSOTRAM no projeto por meio da presidente Joyce Alves, o grupo não conseguia atingir a meta de pessoas trans visada no trabalho. Ela diz que a equipe do Hospital de Medicina Tropical: “(...) conseguiram atingir a meta com as

<sup>21</sup> Nichole Oliveira é mulher trans negra, nascida em Manaus, em 1971. Trabalha como cabeleireira e atua como conselheira fiscal na ASSOTRAM.

<sup>22</sup> A colaboradora se referiu à Associação da Parada do Orgulho LGBT – APOLGBT/AM.

prostitutas, eles conseguiram atingir a meta com as pessoas que eram soro divergente, mas não conseguiam atingir com as travestis porque eles ficavam esperando as travestis chegar lá”, e com a inserção da ASSOTRAM “eles fecharam a cota” (NICHOLE OLIVEIRA. 2019. Informação verbal).<sup>23</sup> Além desse projeto, outro foi mencionado por Nichole, que se intitulava “Estudo de prevalência da sífilis e outras infecções sexualmente transmissíveis entre travestis e mulheres transexuais no Brasil: cuidado e prevenção”, com durabilidade entre 2019-2021, em que se formou um grupo composto pela:

(...) Associação das Travestis e Mulheres Transexuais do Amazonas – Assotram; Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz e Universidade Estadual do Amazonas – UEA; por entendermos que um projeto dessa envergadura precisará ter uma retaguarda comprometida com seus objetivos e disposta a romper com as barreiras invisíveis, porém marcantes, que fazem com que as travestis e mulheres trans enfrentem inúmeras dificuldades ao acessar os serviços básicos de saúde.<sup>24</sup>

<sup>23</sup>. “Foi lançado na manhã de hoje (12) o projeto de Profilaxia Pré-Exposição ao HIV (ImPrEP), o projeto vai atender, a princípio, 7.500 pessoas não infectadas pelo vírus. O método consiste em administrar medicamentos antirretrovirais, um comprimido por dia, para prevenir a contaminação pelo HIV”. NITAHARA, Akemi. Fiocruz coordena projeto internacional de prevenção ao HIV. *Agência Brasil*, 12/07/2017, (Online). Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-07/fiocruz-coordena-projeto-internacional-de-prevencao-ao-hiv>. Acesso em: 16. 12. 2020.

<sup>24</sup> BRASIL, Ministério da Saúde; OPAS, Organização Pan-americana de Saúde. *Estudo de Prevalência da Sífilis e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis entre Travestis e Mulheres Transexuais no Brasil: Cuidado e*

Esse projeto nacional em andamento em cinco capitais (São Paulo, Campo Grande, Manaus, Salvador e Porto Alegre) teve sua primeira etapa formativa em outubro de 2019, que resultou no relatório supracitado e concretizou-se, segundo Nichole Oliveira, pela parceria feita com o movimento social trans. Na segunda etapa do projeto, a ASSOTRAM prosseguirá dando suporte, haja vista a ciência e a tecnologia brasileira como um dos caminhos para emancipação social e reconhecimento.

Então a ASSOTRAM já tá causando bons impactos, já está dando bons frutos. Esse ano teve de novo com uma adesão muito maior. Por que teve uma adesão muito maior? Porque tava a ASSOTRAM. A Fiocruz procurou diretamente a ASSOTRAM pra participar. Aí ano que vem quando essa pesquisa for realmente colocada em campo, vai ser muito mais facilitada porque a ASSOTRAM vai ajudar (NICHOLE OLIVEIRA. 2019. Informação verbal).

Algumas ações protagonizadas pela ASSOTRAM, visibilizadas nas fontes orais e nos documentos escritos, reforçam as ideias apresentadas ao longo desse tópico que a sociedade civil organizada possibilita além da seguridade de direitos básicos garantidos com esforço e luta, também estabelecem paradigmas de atuação para denunciar, reivindicar, promover e trabalhar outras complexidades que o Estado não consegue alcançar ou construir soluções. Flor de Lis lamenta a ausência das instituições governamentais nas atividades da ASSOTRAM, e estende sua angustia para pouca adesão das pessoas trans nas mobilizações feitas pela entidade:

Prevenção. Relatório formativo, Manaus, 2019, p. 1.

Porque a gente não tem a... a ajuda do Estado, a gente não [têm] ajuda também das meninas, que as meninas também elas têm que ajudar nessa política, porque mana... porque uma andorinha só não faz verão. Então elas também têm que correr atrás, elas também têm que ajudar a gente, né, porque a gente chama elas pra fazer um... pra fazer um coro, um... numa assembleia, numa coisa, aí não aparece, aí tá só eu e Joyce lá sentada (risos) (FLOR DE LIS. 2020. Informação verbal).

Em seguida Flor de Lis indaga o Estado onipresente, dizendo: “cadê essas políticas? Cadê esses projetos?”; e responde dilaceradamente: “Não tem, não existe, não tem nada!”. A fala de Flor de Lis explicita um mix de reações sobre os caminhos percorridos pela ASSOTRAM até sua consolidação como instituição de visibilidade e relevância no Amazonas. Um dos primeiros embates foi para registrar, via cartório, o Estatuto Social:

A gente vai na Câmara e mana, pra gente conseguir... pra gente conseguir um dinheiro pra conseguir fazer o estatuto... A gente passou dias indo na Câmara Municipal, as portas batendo na cara da gente e "só amanhã, não sei o quê". Aí a Joana D'arc não, que disse assim "não, eu vou pagar, eu vou pagar todo o processo de vocês, tudo direitinho". Foi quando ela pagou, que a gente não tinha da onde tirar. Aí a Joana D'arc pagou nosso estatuto, pagou tudo... (FLOR DE LIS. 2020. Informação verbal).<sup>25</sup>

De acordo com o psicólogo André Luiz Machado das Neves, os caminhos

<sup>25</sup> Joana Darc dos Santos, comumente conhecida Joana D'arc Protetora, é uma advogada, servidora pública, ativista dos direitos dos animais e política amazonense.

políticos percorridos pela ASSOTRAM para garantir o acesso da população trans amazonense aos direitos básicos e universais, como saúde, demandou construção de alianças colaborativas e proativas em “(...) diferentes instâncias políticas e administrativas com diferentes atores (...)”, levando a reconhecer “quatro formas que são mobilizadas estrategicamente em processos de busca de reconhecimento: as de confronto, de articulação, de produção de visibilidade e os de colaboração com outros agentes”, tendo como exemplo dessa assertiva o que foi dito por Flor de Lis, concernente ao percurso para garantir a legitimidade jurídica da organização social transgênera (NEVES, 2019, p. 117).

A luta por reconhecimento social das travestis e mulheres trans, que pululam das fontes históricas e fundamentam nosso argumento analítico nos chamam atenção para cidadania plena como cerne dos debates públicos, e também internos à associação. De acordo com o advogado Caio Benevides, o sentido de “ser cidadão” está relacionado ao direito de gozar de direitos civis, políticos e principalmente dos direitos sociais concernentes ao “trabalho, educação, moradia, saúde e benefícios sociais (...)”. Nesse sentido, o que o autor chama de Cidadania Social “(...) engloba esses direitos cuja proteção era garantida pelo Estado nacional entendido como Estado Social de Direito, e não mais como Estado Liberal” (PEDRA, 2020, p. 32). Portanto, a criação da ASSOTRAM, alicerçada na longa experiência de vida das fundadoras, reforçou o debate da ligação da cidadania ao direito da livre expressão sexual e de identidade de gênero, complexando o debate para inserção das demandas de saúde, mercado de trabalho, educação e outros direitos humanos, resistindo, portanto,

ao silenciamento e invisibilidade das diferenças.

De acordo com Nichole Oliveira, a ASSOTRAM traz em seu cerne o respeito e o açambarcamento da pluralidade e das diferenças, tanto entre associadas/os quanto entre apoiadores/as da organização: “quem quiser ir pra ASSOTRAM pode ir”. E nessa continuidade, as colaboradoras refletiram durante a conversa a representatividade da organização no contexto amazônico, tendo: “uma carga muito pesada pra carregar”, “lutando por pessoas que obrigatoriamente têm que ficar embaixo do tapete, sabe?” (NICHOLE OLIVEIRA. 2019. Informação verbal).

Por exemplo, o que eu consegui em anos lutando, a luta... a ASSOTRAM conseguiu em dois anos, sabe? (...) Como associação, como coletivo foi muito mais rápido, os resultados vieram muito mais rápidos do que quando eu tava sozinha. Por isso a ASSOTRAM é importante, porque ela é um coletivo, a gente luta junto, a gente estuda junto, a gente batalha junto (NICHOLE OLIVEIRA. 2019. Informação verbal).

Camila Dantas, por sua vez, considera que “depois de muita luta, de todas as que começaram a lutar”, novas travestis e transexuais adentraram à ASSOTRAM e fortaleceram: “não abaixaram a cabeça, tão dando a continuidade disso daí”. Para Dantas, as mudanças maiores como “a lei” em termos de: “aí, vamo[s] proteger só LGBT”, isso daí vai ser uma coisa que não vai ser conquistada da noite pro dia, isso daí vai... vai ser uma coisa muito... a gente vai ter que brigar mais um pouco”. Comparando a luta das travestis e transexuais com a da população negra e das feministas que: “apanharam bastante pra ter a[s]

própria[s] delegacia[s] delas, e ser... e ter a própria delegacia e ter ali o caso registrado, né?” (CAMILA DANTAS. 2020. Informação verbal); tornou-se realidade nas vidas das pessoas trans, em 2019, com a decisão do Supremo Tribunal Federal ao criminalizar a homofobia e a transfobia com base na lei do racismo e, como consequência, a criação de delegacias especializadas em crimes de ódio contra gueis, lésbicas, travestis e transexuais.<sup>26</sup>

Fomentando um “NOME” com importância social, a ASSOTRAM conquistou diversos espaços de fala com/pela população trans, tanto na capital quanto nos municípios interioranos, “porque ela pegou visibilidade, né?”. Isso tudo aconteceu, como narrou Flor de Lis, por “tá fazendo alguma coisa, que a gente tá mudando alguma coisa, né, nesse termo de política pras trans, que ainda é pouco” (Flor de Lis. 2020. Informação verbal). E diante das vicissitudes presentes nas vivências das transativistas, que emergiu um espaço de luta e de diálogo a qual as pessoas trans poderiam recorrer.

O sentimento de militância firma-se de maneira profunda nas suas vidas na iminência de ser uma trombeta-chinesa que se multiplica e dá flores. E a ASSOTRAM é uma dessas ramificações floridas dos primeiros movimentos sociais LGBTs, situada num outro contexto de disputa política e social, que encara um novo formato de ativismo atrelado ao transfeminismo, contrariando a invisibilidade e a marginalidade causadas pela transfobia

<sup>26</sup> Supremo Tribunal Federal. *STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa*. 13/06/2019, (Online). Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em: 22 dez. 2020.

incutida na cultura e na estrutura social brasileira.

#### Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ª ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COSTA, Cléria Botelho da. A escuta do outro: os dilemas da interpretação. **História Oral**, v. 17, n. 2, 2014.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 3, n. 4, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil contemporâneo**. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

NEVES, André Luiz Machado das. **“Política é vida”**: ativismo e saúde trans em Manaus (AM). Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) –

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

PEDRA, Caio Benevides. **Cidadania trans: o acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil**. Curitiba: Appris, 2020.

PEREIRA, Denis da Silva. **Violência contra LGBT's em Manaus e agências da resistência e do enfrentamento: estudo de uma disputa territorial assimétrica dos campos da moral e do direito**. Tese (doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, 1992.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, v. 16, n.1, 1998.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

Recebido em 2021-06-05  
publicado em 2021-08-01